

LITERATURA MEDIEVAL

Volume IV

ACTAS DO IV CONGRESSO
DA
ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA DE LITERATURA MEDIEVAL
(Lisboa, 1-5 Outubro 1991)

Organização de
AIRES A. NASCIMENTO
e
CRISTINA ALMEIDA RIBEIRO

EDIÇÕES COSMOS

Lisboa
1993

© 1993, **EDIÇÕES COSMOS e ASSOCIAÇÃO HISPÁNICA
DE LITERATURA MEDIEVAL**

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Concepção: Henrique Cayatte
Impressão: Litografia Amorim

Composição e Impressão: **EDIÇÕES COSMOS**

1ª edição: Maio de 1993
Depósito Legal: 63841/93
ISBN: 972-8081-07-3

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa
Telefones: 795 51 40 (6 linhas)
Fax: 796 97 13 • Telex: 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMÓS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: 347 82 55

O Elemento Popular no Texto Medieval (Problemas de Metodologia)

Nuno Júdice

Universidade Nova de Lisboa

1. O que é o texto medieval?

Põe-se um problema de definição do objecto de estudo texto medieval. Antes de mais, importa tratar da sua localização espaço-temporal, já que o termo medieval remete para uma época e, necessariamente, um contexto precisos. Medieval não é o mesmo que clássico ou que renascentista; implica mesmo uma diferença em relação a tudo o que normalmente vem associado a esses termos: um equilíbrio estético, autores dotados de uma existência concreta, uma linguagem subjectiva, etc.. Medieval tem uma conotação que não se limita à cultura ou à história mas joga com um elemento colectivo no interior do texto, tanto em termos de criação como de caracterização do universo textual.

É certo que tudo isto passa em grande medida pelos mitos que se desenvolveram em torno da Idade Média. As figuras estilizadas dos cavaleiros ou dos trovadores e a necessidade de as aferir pelos nossos padrões literários criaram uma história fictícia por detrás desses textos que passou a ocultar e/ou a deformar a sua realidade — isto é, a possibilidade de se olhar essa realidade dos textos de um modo objectivo, despido de preconceitos e de ideias feitas. Devemos afastar essa imagem ou esse écran onde se projectam as ficções de uma história cultural ultrapassada para tentar chegar ao ponto de reencontro com os textos, procurando então que sejam eles a falar-nos.

Porque, ao tratar-se de Idade Média, é precisamente no texto que encontramos o interlocutor privilegiado, porque único, da discussão possível. Não havendo autor, no sentido clássico, nem sendo possível estabelecer um contexto social, histórico, económico, que permita uma compreensão profunda do texto — para além das banalidades conhecidas, do tipo da origem feudal ou da concepção cavaleiresca ou religiosa do universo da literatura da época — ideias que desembocam em clichés e em caricaturas desse universo — é então o texto que deverá ser o objectivo da interrogação e é a partir dele que necessariamente a resposta se irá estabelecendo.

Devemos, no entanto, precaver-nos contra a tentação de compartimentar de um modo superficial esses textos, partindo desde logo dos temas ou dos géneros que eles nos apresentam. Há aqui a intervenção de conceitos de análise literária a ter em conta, tais como a inter-textualidade¹, e que permitem um esclarecimento integrado de cada texto em função do conjunto — por muito disperso e fragmentário que o conjunto nos apareça. O objectivo da análise será, então, o estabelecimento daquilo a que poderei chamar um paradigma compreensivo do texto medieval, ou seja, um quadro geral e global em que cada texto vá encontrar o seu modelo comparativo, permitindo assim essa leitura contextualizada, entendendo-se que cada texto é o factor genético do seu contexto.

Isto remete-nos para uma outra questão fundamental, que é a do género. Trata-se de determinar a existência de um arquétipo formal de todo o texto medieval, independentemente dessas características temáticas ou ideológicas que o texto nos apresenta. Na linha de Zumthor, estabelecerei uma identidade arquetípica do texto medieval em função de um denominador comum a toda a sua formulação, consistindo na dupla realidade de letra e voz que o texto nos apresenta. Sabemos que nós encontramos numa época em que a escrita não é senão

o estado último do texto, que começa por ser oralizado — e que, mesmo quando é escrito, tem em conta a instância oral da sua transmissão. Isto levar-nos-á a procurar na linha de fronteira entre a literatura erudita e a literatura tradicional algumas das chaves do nosso percurso analítico; mas levar-nos-á também a estabelecer uma diferença entre texto medieval e texto de transmissão oral, dado que: não há uma autoria colectiva no texto medieval, ou no texto literário, como sucede com o relato tradicional; há uma consciência do acto criativo, isto é, do facto literário, no texto medieval, que não existe nessa literatura tradicional; há uma realidade construída no texto medieval que o transforma num objecto acabado, perfeito, como todo o texto literário, para lá do aspecto da sua transmissão (cópias, variantes, erros, etc.).

Habitúamo-nos a uma concepção do texto literário fundado na mimese, isto é, na criação de um real em que reconhecemos uma imagem do mundo que nos é familiar, do ponto de vista dos hábitos e da mentalidade, funcionando segundo regras análogas às da sociedade. Essa concepção implica dois momentos, anterior e simultâneo do texto, de que o primeiro é modelo ideal do universo do texto e o segundo é a projecção, no texto, desse modelo de um modo mais ou menos reflexivo. É o que se passa com o século XIX e com toda a construção narrativa das suas grandes obras.

Ora o texto medieval não tem esse modelo prévio, funcionando antes segundo um plano prospectivo, e não retrospectivo: o universo do texto não remete para um estádio anterior, ideal, e para uma visão do mundo fixa, mas sim para o plano de uma realização no instante posterior ao da fixação de um sentido e de uma imagem do texto, que é em aquele que o literário se estabelece². O facto do inacabamento aparente do texto e da sua inscrição num espaço dialógico (jogo de reflexos e remissões de uns textos para os outros) faz com que seja indissociável desse texto medieval a movência do sentido, que busca um lugar último — o texto futuro — em que se fixar. Não é por acaso que todo o texto encontra continuções, que toda a lenda produz história, que a história se realiza na genealogia: a natureza do medieval é esse devir que impede o texto de terminar.

2. Como analisar o texto?

A questão metodológica coloca-se permentemente em relação à Literatura Medieval. Não podemos adoptar uma atitude baseada em critérios pré-determinados, isso levar-nos-ia a uma recusa imediata de grande parte dos textos, na base da sua característica não literária — com efeito, vidas de santos como relatos de linhagens dificilmente cabem no âmbito de uma concepção restrita do estético ou literário. Se, no entanto, partirmos de um ponto de vista não externo mas interno do próprio texto, então obteremos resultados que nos podem pôr perante um primeiro instante de aproximação à característica literária do medieval. Ou seja, é indispensável seguir, no nosso percurso, os passos fornecidos pelo texto — entendendo como texto antes de mais a sua letra.

Esta decorre de dois momentos que Paul Zumthor³ descreve como o pôr em romance, primeiro, e o pôr em prosa, segundo. Trata-se, então, da passagem de um texto supostamente redigido numa língua sagrada ou sacral (o latim) para uma língua, o «romance», compreendida, e falada, por todos — isto é, pelo destinatário, o público nobre, do meio cavaleiresco, o que implica uma presença autorial de alguém que pode desempenhar a função mediadora das duas línguas — com funções e dimensões diferentes. Trata-se, ainda, de sair do verso — próprio da oralidade, em que não é necessário um suporte escrito — para a prosa, desembocando na autotelia do texto, na expressão de Zumthor, isto é, na sua desalienação relativamente a um suporte vocal, no espaço enunciativo do conto.

São, de facto, pressupostos bem concretos que nos devem conduzir a uma primeira abordagem destes textos: o de que eles decorrem de uma situação de enunciação precisa, relevando da dupla instância oral e escrita que implica a projecção, no plano da letra, de uma voz que sustenta o conto; o de que essa situação dupla e dúlice — produz uma necessidade prática de fazer significar os modos de produção do texto — aquilo que se pode designar pela sua

pragmática — ou seja, os aspectos concretos da enunciação transpostos de forma quer significante quer simbólica para o plano da escrita; o de que essa presença da instância retórica vai obrigar à suposição de um gerador do discurso — dispensável no instante da oralidade, em que não é preciso mais do que um transmissor do discurso — que se aproxima e tende a identificar-se com um autor, isto é, uma figura dotada da autoridade da linguagem (da escrita e dos seus códigos e regras).

O que é, portanto, singular neste instante da criação medieval é o facto de que não estamos perante um instante pleno da criação literária — aquele em que um autor produz um texto de forma autónoma, subjectiva, total: trata-se de um instante de fragmentação de todos esses momentos, em que eles se dão a ver por isso na sua evidência parcial mas, ao mesmo tempo, permitem apontar para a totalidade futura do literário.

3. O texto em contexto

Diz Itamar Even-Zohar⁴ que, na Idade Média «a Europa Central e Ocidental constituía um polissistema cujo centro era controlado pela literatura escrita em latim, enquanto que os textos em vernáculo (escritos ou falados) eram produzidos concorrentemente como parte de actividades periféricas». Podemos encarar esses textos vernáculos como sintomas de uma decadência do sistema central — o latim — embora este ainda funcione como o paradigma ou o cânone de todos os subsistemas. O esquema — análogo ao do funcionamento *source-target* do computador — vai encontrar no *copy* da instrução inconsciente do meio cultural secundário uma espécie de erro de leitura ou *virus* em que vai aparecer o desarranjo do sistema central, produzindo-se então uma nova ordem só interpretável no meio dos subsistemas — os quais, como refere Even-Zohar, só em meados do século XVIII se libertam finalmente do repertório latino, canónico, dando origem uma série de «mais ou menos independentes unilingues (poli)sistemas, cujas interdependências com os outros (poli)sistemas se tornam cada vez mais negligenciáveis, pelo menos do ponto de vista tanto dos consumidores como das ideologias denominantes».

Podemos verificar, na tradução dos textos latinos e na sua relação com os outros textos — autóctones — o espelho do afastamento maior ou menor de uma cultura nacional relativamente a uma pressão conservadora do centro do sistema. É na periferia geográfica que se encontra, precisamente, um grau maior de dependência relativamente a essa ordem — por necessidade de manter, ou sustentar, os laços com a potência dominante (já não em termos políticos mas meramente ideológicos). O papel da criatividade reduz-se a esse jogo de composição em fragmentos de uma totalidade subentendida; e considerar-se-á essa composição como o espelho de um mundo (*speculum mundi*) cultural determinado, nos seus vários aspectos possíveis — poético, religioso, ideológico...

Haverá que saber, por outro lado, interpretar os sinais que chegaram até nós na sua inter-relação. Antes de mais, devemos pensar em termos de uma temporalidade que não pode ser encarada nos termos a que nos habituou uma certa visão do estruturalismo, ou seja, como indicadores meramente sincrónicos, estáticos, de um momento. Esta visão, que decorre da linguística saussuriana — que elimina a perspectiva diacrónica do estudo sistémico, considerando que a única forma de acesso à objectualidade deste é na sua existência no momento preciso em que se efectua a análise — esquece o processo dinâmico dos textos tanto na sua inscrição social (produção/consumo) como na sua própria materialidade linguística (dando origem a um processo que podemos descrever pelo termo *significância*).

Com efeito, do texto latino até à sua tradução decorre um período cuja duração não podemos determinar, na maioria dos casos, mas que corresponde sem dúvida a um percurso dos textos numa dupla via, erudita e popular — ou seja, a via da transmissão habitual, escrita, na leitura dos conventos ou da corte, e por outro lado a via da «repetição» no circuito da divulgação pela comunidade, quer na forma do sermão (nas vidas de santos ou nos *exempla*) quer na do conto (nas lendas ou em narrativas inspiradas em modelos clássicos, como fábulas e

mitológicos). A par destes, começamos a encontrar também textos vernaculares (em romance) que vão demonstrando a imposição de um modelo literário e, por outro lado, a fixação de géneros com o que isso implica de início de uma vida literária institucional, dado que o género é, precisamente, a forma literária reconhecida como tal.

Esse período de tempo faz com que não se possa confundir o texto como documento de um instante preciso da língua com uma sua função documental quer da cultura quer da literatura: uma vida de santo ou uma canção de gesta, por exemplo, diferenciam-se de um texto literário moderno na medida exacta em que o seu tempo é o de uma duração/tradição que não se reduz ao momento da sua fixação escrita. Esta a — temporalidade (relativa, claro) destes textos contribui para que eles se mantenham, normalmente, à margem de uma inscrição literária/estética que, além disso, coloca ainda outras questões, como a da (não) autoridade. Vemos então precisar-se a utilidade de uma aproximação não sincrónica destes textos, e ainda mais, que não feche a sua significação, mantendo-os como hipótese de esclarecimento, no sentido também de *significantes* que só a inserção naquilo que seria a *frase medieval*, em sentido amplo e contextual, pode completar em *signos*.

Cada texto é, portanto, o elemento de um *discurso* que obedece a uma lógica que, para nós, é o *contexto* medieval: consistindo esse contexto num modelo que cada segmento emula, tornando-se num factor reprodutivo desse modelo. Como diz Even-Zohar⁵, ainda referindo o modelo latino, um texto traduzido «torna-se um factor maior de conservadorismo». O que é singular, no caso medieval, é que esse elemento conservador é, simultaneamente, um elemento criador no sentido em que vai participar na fundação de um corpo social e institucional de que a literatura se torna modelo e molde.

Notas

¹ «Au Moyen Age, le récit bref se trouve assujéti aux genres majoritaires, non seulement par l'idéologie et la thématique, mais aussi et surtout par l'intertextualité qui fait du texte l'expansion ou la réécriture d'un ou de plusieurs textes antérieurs. L'Autre-scène de la littérature est toujours la littérature qui n'a pas d'autre inconscient qu'elle-même». (Jean-Charles Huchet, *Littérature médiévale et psychanalyse, Pour une clinique littéraire*, PUF, 1990, p. 145).

² É interessante a verificação, em cada texto medieval, dessa fundação do literário: trata-se de distinguir, no sentido em que Jauss se lhes refere, as instâncias poética e prática da linguagem: «La littérature en tant qu'art ne peut être saisie qu'à partir de l'opposition du langage poétique au langage pratique. Toutes les déterminations non littéraires — historiques ou sociologiques — relèvent alors du langage dans sa fonction pratique, de la «série non littéraire»; l'oeuvre littéraire est décrite et définie en tant qu'oeuvre d'art par sa différence spécifique (l'«écart poétique») et non plus, donc, dans son rapport de dépendance fonctionnelle à l'égard de la «série non littéraire». (H. R. JAUSS, «Pour une esthétique de la réception», Tel, Gallimard, 1990, p. 41).

³ Paul Zumthor, «La lettre et la voix», ver o capítulo da conclusão, e nomeadamente as páginas 300-304.

⁴ «Polysystem studies» in «Poetics Today», vol. 11, n. 1, Spring 1990, Duke University Press, p. 24.

⁵ Idem, p. 48.